

## LUGAR COMUM E LUGAR ESPECÍFICO<sup>1</sup>

Jonas de Araújo ROMUALDO

**RESUMO** *O presente trabalho tem como objetivo rediscutir a distinção, estabelecida por Aristóteles, entre lugar-comum e lugar-específico, utilizando-se dos trabalhos produzidos em Análise do Discurso, favorecendo, porém os estudos em Retórica. Como ponto de partida, utiliza-se, além de Aristóteles, a teoria da argumentação de Perelman (1970), para melhor caracterizar o lugar-específico e o lugar-comum. Para Perelman, tanto o desenvolvimento quanto o ponto de partida da argumentação supõem um acordo do auditório. Os objetos deste acordo são agrupados em duas categorias, uma relacionada ao auditório universal (os fatos, as verdades e as presunções) e outra relacionada a auditórios particulares (valores, hierarquias e lugares). Do conjunto dos objetos de acordo citados, são destacados, neste trabalho, os lugares. Perelman caracteriza os lugares comuns como espécies de premissas muito gerais. Eles fundam valores, instauram hierarquias ou reforçam, geralmente, a intensidade da adesão que as hierarquias suscitam. O lugar específico, por sua vez, é extraído de premissas que pertencem a um gênero particular. É esta distinção que se rediscute neste trabalho.*

**RÉSUMÉ** *Cette étude a pour but remettre en question la distinction faite par Aristote entre lieu commun et lieu spécifique, en faisant usage des travaux faits dans le domaine de l'Analyse du Discours. On privilégiera cependant les études de la rhétorique. Comme point de départ on utilisera, outre les travaux d'Aristote, la théorie de l'argumentation de Perelman pour mieux préciser le lieu spécifique et le lieu commun. Selon Perelman le développement ainsi que le point de départ de l'argumentation suposent un accord de l'auditoire. Les objets de cet accord peuvent être groupés en deux catégories: l'une qui concerne l'auditoire universel (les faits, les vérités et présomption) et l'autre les auditoires particuliers (valeurs, hierarchies et lieux). Dans ce travail on privilégie les lieux. Perelman caractérise les lieux communs comme des espèces de premisses très générales. Elles constituent des valeurs, instaurent des hierarchies ou bien renforcent en général l'intensité de l'adhésion que les hierarchies suscitent. Le lieu spécifique, à son tour, est issu des premisses qui appartiennent à un genre particulier. C'est cette distinction qu'on veut remettre en question.*

---

<sup>1</sup> Texto resultante da Tese de Doutorado *Lugar comum: espaço da repetição e da criação*, apresentada ao Curso de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem - Unicamp, no dia 05 de julho de 1995, sob a orientação do Prof. Dr. João Wanderley Geraldi.

O presente texto tem como objetivo rediscutir a distinção, estabelecida por Aristóteles, entre lugar específico e lugar comum, a partir da análise de dois poemas.

Como ponto de partida, além de Aristóteles, aproveitamos, para caracterizar o que estamos chamando de lugar-comum, o Traité de l'Argumentation de Perelman (1970) que acentua a importância que o auditório tem na construção do discurso. Para Perelman, tanto o desenvolvimento quanto o ponto de partida da argumentação supõem acordo do auditório (p.87). Os objetos deste acordo, Perelman agrupa-os em duas categorias, uma relativa ao real (os fatos, as verdades e as presunções), outra relativa ao "preferível" (valores, hierarquias e lugares). A utilização de objetos de acordo da primeira ou da segunda categoria mostra o modo como o locutor constitui o auditório. Se utiliza objetos da primeira categoria, o locutor está concebendo um auditório como universal, isto é, ele está dirigindo-se a um auditório que supostamente representa toda a humanidade, ou, pelo menos, todos os homens adultos. Claro que isto é o ponto de vista do locutor, que pretende que sua argumentação tenha validade universal, independente de espaço e tempo. Também é claro que cada sociedade e cada época concebem de maneira específica o auditório universal. A utilização de objetos de acordo relativos ao preferível mostra que o locutor está instituindo seu auditório como particular.

Dos objetos de acordo relativos ao real, o fato é caracterizado unicamente pela idéia que se tem de uma certa espécie de acordo em que está em jogo o auditório universal: o fato é o comum a vários seres pensantes e poderia ser comum a todos. As verdades, por sua vez, poderiam ser caracterizadas do mesmo modo que os fatos, mas geralmente se fala de fatos para designar objetos de acordo precisos, enquanto que se designam como verdades um sistema mais complexo relativo às ligações entre os fatos. Além das verdades, o auditório universal também admite as presunções: a presunção de que a qualidade de um ato manifesta a qualidade da pessoa que o realiza; a presunção concernente ao caráter sensato de toda a ação humana. Os fatos, as verdades, as presunções podem mudar de estatuto dentro da argumentação. Assim, um fato pode ser visto como verdade, uma verdade como fato, etc.

Fatos, verdades e presunções, como vimos, são agrupados dentro de categoria do real e sua presença no discurso indica que o locutor está se dirigindo ao auditório universal. Por sua vez, os valores, as hierarquias e os lugares do preferível caracterizam grupos particulares.

Falemos, em primeiro lugar, dos valores. Para Perelman, estar de acordo com um valor é admitir que um objeto, um ser ou um ideal deve exercer sobre a ação e as disposições uma influência determinada. A argumentação baseada num valor, no entanto, não se impõe como tendo validade para todos. A idéia de valores, segundo ele, está associada à idéia de multiplicidade de grupos.

Em todas as argumentações, os valores intervêm num dado momento. Na verdade, ninguém pode esquivar-se deles pura e simplesmente. Na presença de um valor que se contesta, argumenta-se para desqualificá-lo ou tenta-se subordiná-lo a outro (veremos isso, quando falarmos de hierarquia) ou tenta-se interpretá-lo. A recusa de todos os valores tem a significação do indivíduo praticamente se colocar no domínio da força, não mais no campo da discussão. Sob este aspecto, então, os fatos e os valores são

comparáveis: desde que um locutor os ponha, é necessário argumentar para se desembaraçar deles, sob pena de se recusar ao diálogo. Fatos e valores podem se aproximar também, por um outro motivo: inseridos num sistema de crenças que pretende valer para todos, alguns valores podem ser tratados como fatos ou verdades. É claro que, no curso da argumentação, poder-se-á reconhecer que eles são objeto de acordo que não podem pretender a adesão do auditório universal. Acontece isso, em geral, com os valores considerados universais ou absolutos: a Verdade, o Bem, o Belo, o Absoluto. Pretendendo-se, então, que tenham validade para o auditório universal, apresentam-nos sem especificação do sentido, em suma, com sentido vago. Quando se pretende explicitar o sentido, vê-se que a validade desses valores chamados absolutos se circunscreve a auditórios particulares.

Além dos valores abstratos, há também os valores concretos. O valor concreto se relaciona com um ser vivo ou um grupo particular ou mesmo com um objeto particular, quando estes últimos são tomados na sua unicidade. A valorização do concreto e o valor atribuído ao único estão estreitamente ligados. Instaurar o caráter único de alguma coisa é valorizá-la, pelo próprio fato de tê-la como única.

Como exemplo de valores concretos temos a igreja, o Brasil e também noções como engajamento, fidelidade, solidariedade, disciplina, etc... Estes últimos são tomados como valores concretos por serem pensados como observância uniforme de regras e normas, tidas como válidas por todos e para todas as circunstâncias.

Como dissemos, num meio cultural qualquer, não se despreza, na sua totalidade, os valores concretos e abstratos. Quando se quer relativizar parte de um conjunto de valores, que podem estar em relação de conflito uns com os outros, a saída, geralmente, é subordiná-los uns em relação a outros. Aqui chegamos à questão das hierarquias. A argumentação apóia-se não somente nos valores, mas igualmente nas hierarquias. Como exemplo de hierarquias temos: a superioridade dos homens sobre os animais, a superioridade dos deuses sobre os homens. As hierarquias se justificam com a ajuda dos valores, mas, em geral, se se pergunta sobre seus fundamentos, os utilizadores de uma dada hierarquia procurarão defendê-la sem introduzir na discussão os princípios em que se baseia tal hierarquia. É por isso que, em geral, as hierarquias permanecem implícitas.

As hierarquias se apresentam basicamente sob dois aspectos: as hierarquias concretas (por exemplo, a que estabelece a superioridade dos homens sobre os animais) e as hierarquias abstratas, geralmente hierarquizando valores (por exemplo, a que estabelece a superioridade do justo sobre o útil). É bem fácil notar que o estabelecimento de hierarquias pode bem ser visto como uma tentativa de solucionar o conflito entre os valores admitidos pelo auditório. A hierarquização não é fixada de uma vez por todas. Um exemplo, dado por Perelman, a respeito deste tema, são os diferentes modos de se encarar a questão da certeza de um conhecimento e a importância ou interesse que este último pode apresentar. Sócrates argumenta, no exemplo citado por Perelman, em favor da superioridade do interesse que um conhecimento pode apresentar sobre a certeza: “Mais vale trazer como contribuição uma opinião razoável para temas úteis do que trazer conhecimentos exatos para inutilidades”. Obviamente, há quem estabeleça uma hierarquia diferente, favorecendo o valor do conhecimento exato.

As hierarquias dos valores são mais importantes do que os valores em si. Elas são comuns a um grande número de auditórios. Na verdade, o que caracteriza cada auditório são menos os valores admitidos do que o modo como este último os hierarquiza.

Os princípios em que se baseia uma hierarquia em geral não são explicitados. Mas o que está atrás das hierarquias são valores ou, então, lugares-comuns.

Premissas de ordem muito geral, os lugares-comuns fundam valores, instauram hierarquias ou reforçam a intensidade de adesão que valores e hierarquias suscitam:... “Quand il s’agit de fonder des valeurs ou des hierarchies, ou de renforcer l’intensité de l’adhésion qu’elles suscitent, on peut les rattacher à d’autres valeurs ou à d’autres hierarchies, pour les consolider, mais on peut aussi avoir recours à de premisses d’ordre très général, que nous qualifierons du nom de lieux, d’où dérivent les Topiques, ou traités consacrés au raisonnement dialectique.

Pour les Anciens, et ceci semble lié au souci d’aider l’effort d’invention de l’orateur, les lieux désignent des rubriques sous lesquelles on peut classer les arguments: il s’agissait de grouper, afin de le retrouver plus aisément en cas de besoin, le matériel nécessaire (1); d’où la définition des lieux comme des magasins d’arguments (2)”. (Perelman, 1970, p.112).

Neste fragmento o lugar-comum aparece simultaneamente associado à repetição, e a invenção, à criatividade. Ele aparece relacionado à criação de argumento, quando diz explicitamente que ele está relacionado ao esforço do orador de inventar argumentos e relacionado à repetição, quando Perelman, no final do trecho, remete-o à memória. Da mesma forma, na seguinte passagem de Aristóteles no Tópicos, Livro III, cap. 14, o topos ou lugar-comum, também aparece relacionado à repetição (no caso, com a memória): “É preciso formar, além disso, um bom estoque de definições e trazer nas pontas dos dedos as idéias familiares e primárias, pois é por meio dessas que se efetuam os raciocínios. Deve-se tentar, igualmente, conhecer a fundo os tópicos em que tende a enquadrar a maioria dos argumentos” (Aristóteles, p. 50). No entanto, nesta outra passagem na Retórica, os lugares -comuns são relacionados com a criatividade: “Os lugares-comuns aplicam-se indistintamente às questões de Direito, de Física, de Política e a muitas matérias de espécie diferente; tal, por exemplo, o lugar do mais e do menos; deles podemos tirar tanto um silogismo ou entimema sobre questões de Direito, de Física ou sobre qualquer outro assunto, embora tais matérias sejam de espécies diferentes”. (Aristóteles, Arte Retórica in Arte Retórica e Arte Poética, pág.37).

Outro ponto importante que o último trecho de Aristóteles põe (assim como o trecho de Perelman) é um traço característico dos lugares-comuns: este traço é a generalidade, isto é, eles podem ser aplicados a qualquer “gênero” (Física, Política, etc.), sem pertencer particularmente a nenhum deles. Dizendo de outro modo, como o diz Perelman, o lugar-comum são espécies de premissas de ordem muito geral. Se é assim, deve-se ter o cuidado, como o faz Aristóteles, de se distinguir os lugares-comuns, que podem servir indiferentemente a qualquer ciência ou gênero (sem pertencer especificamente a nenhum deles) dos lugares-específicos, que são próprios seja a uma ciência particular, seja a um gênero oratório específico. Discutiremos agora a questão da

distinção que existe entre lugar-comum e lugar-específico, a partir da análise de dois textos. O primeiro é o “Poema das sete faces”, de Carlos Drumond de Andrade:

## POEMA DAS SETE FACES

1 - Quando nasci, um anjo torto  
desses que vivem na sombra  
disse: Vai, Carlos! ser gauche na vida.

As casas espiam os homens  
5 - que correm atrás de mulheres  
A tarde talvez fosse azul  
não houvesse tantos desejos

O bonde passa cheio de pernas:  
pernas brancas pretas amarelas.  
10 - Para que tanta perna, meu Deus, pergunta meu coração.  
Porém meus olhos  
não perguntam nada.

O homem atrás do bigode  
é sério, simples e forte.  
15 - Quase não conversa.  
Tem poucos, raros amigos  
o homem atrás dos óculos e do bigode.

Meu Deus, porque me abandonaste  
se sabias que eu não era Deus,  
20 - se sabias que eu era fraco.  
Mundo mundo vasto mundo,  
se su me chamasse Raimundo  
seria uma rima, não seria uma solução.

Mundo mundo vasto mundo,  
25 - mais vasto é meu coração  
Eu não devia te dizer  
mas essa lua  
mas esse conhaque  
botam a gente comovido como o diabo.

(Carlos Drumond de Andrade, in Antologia poética, p.13-14).

No presente poema, o poeta (o eu lírico) se apresenta como possuído pela emoção. Por sua vez, a emoção é aproximada à possessão, neste caso, possessão demoníaca. O

tema da emoção está explícito nos versos 24 e 25, em que o poeta diz: “Mundo mundo vasto mundo, mais vasto é meu coração”. Mas o poeta não assume a emoção enquanto tal, e tenta estabelecer como causa da emoção elementos externos a ele: “mas essa lua/mas esse conhaque/botam a gente comovido como o diabo”, linhas 27, 28 e 29. No último verso, “como o diabo”, um intensificador, comum na linguagem cotidiana pode ser lido também como uma comparação: o poeta é comparado ao diabo. Confirma-se assim que a emoção é experimentada como algo externo, algo provocado pela lua ou pela bebida, a emoção contém algo estranho, mesmo diabólico. Então, “O poeta é um possesso”, de acordo com a nossa hipótese, é um lugar-comum em que se apóia este poema. O topos da possessão está vinculado, neste poema, com a possessão demoníaca. Já no título, a palavra sete, dentro deste contexto, introduz o topos da possessão. Como sabemos, o número sete é geralmente associado à magia, dentro de um simbolismo bastante popular. O título, “O poema das sete faces, pode estar indicando as sete faces do próprio poema e a multiplicidade de “personalidade” que assume o próprio “eu” lírico. O desdobramento de um eu em múltiplas personalidades está, por sua vez, altamente relacionado ao topos da possessão.

Na primeira estrofe, o topos da possessão está expresso através de recurso do léxico: “anjo” é adjetivado por “torto”, que se relaciona claramente também com o topos em questão. A opção de caracterizar anjo torto, por “desses que vivem na sombra” ao invés de por “que vivem na sombra”, verso 2, é uma opção por apresentar o lado cômico da situação, em vez de se acentuar o lado dramático da mesma. Assim, Vai, Carlos! ser gauche na vida”, verso 3, dito pelo anjo torto, acentua o lado prosaico da situação. Mas independente da “capa” prosaica, as palavras “anjo torto”, “sombra” e “gauche” denunciam, ainda assim, o topos da possessão, realizada através de recursos menos marcados pela tradição literária. Em relação à ironia e à utilização de recursos vistos como prosaicos especificamente nos poemas de C. Drumond de Andrade, não nos vamos estender mais. Só temos a acrescentar que os recursos aludidos terminam por ser um mecanismo de desvalorização do “anjo torto”. Mas, ao mesmo tempo, a utilização da ironia, neste poema, pode ser lida como um mecanismo de contenção da emoção. Aliás, no poema inteiro, uma face do poeta glacial, observador e contido é contraposta a outra do poeta possuído pela emoção. Por exemplo, a segunda estrofe é curiosa. Ao par da atividade de fria observação das coisas do mundo (“as casas espiam os homens”), há também lugar para manifestação da sexualidade. (“A tarde talvez fosse azul, não houvesse tantos desejos”). Nos versos 10, 11 e 12, o poeta se pergunta: “Para que tanta perna, meu Deus, pergunta meu coração/Porém meus olhos/não perguntam nada”. Aqui fica patente uma face do poeta que é pura investigação, outra que está sob o signo da emoção. Para ser rigoroso, a enorme atenção, a análise aparecem, aliás, vinculadas à emoção, pois é o coração que faz as perguntas. Ou seja, a relação emoção e razão, ela mesma, é um problema nesse poema. De qualquer forma, na estrofe 4, o poeta glacial, observador, é apresentado como a sua forma pública, como uma convenção. Destacado no retrato, o bigode e o óculos. Não é difícil associar óculos à observação, ao lado mais analítico e glacial do poeta.

A estrofe 5 está em contraste com a anterior, na medida em que a condição do poeta é assimilada à condição de todos os homens em geral. Daí porque, em decorrência de sua primeira confissão, a estrofe 6 é um questionamento da atividade poética e, por conseguinte, do poeta: 23 “seria uma rima, não seria uma solução”.

Na última estrofe, que começamos por comentar, a confissão é explícita; a emoção é tomada como alguma coisa maligna. Signos da emoção: lua, conhaque. Síntese: “mas essa lua/mas esse conhaque/botam a gente comovido como o diabo”.

Utilizando também “o poeta é um possesso” como lugar-comum, o poema seguinte de Jorge de Lima é, no entanto, bastante diferente daquele de C. Drumond de Andrade, por nós analisado. O poema é:

- 1 - Nessa geografia, eis o pantomimo  
Ah! o pantomimo! Múltiplo imitando  
mitos, seres e coisas. Pessoalmente,  
Convictamente é tudo em potencial
- 5 - Mais vale convicção que essa teoria,  
que aquele dicionário, e aquela Cólchida.  
Mímico racional. Ah! o pantomimo  
- esse intuitivo, Monstro e semideus  
Ele povoa a ilha, ele dança a ilha.
- 10 - Ele heroíza a ilha, ele epopeíza.  
Desarticulação fulanamente.  
Muda dramaturgia se possesso  
se fábula, se intuí, se histrião, se bufo  
Ah! coribante ilógico, aliás lógico,
- 15 - linguagem transparente, angústia-a face  
flexíveis olhos, membros palavreando.  
Desarticulação, libertação.  
Ó contingência, desarticular,  
dançar, parecer livre, exteriormente;
- 20 - e ser-se mudo, e ser-se bailarino,  
nós bailarinos, todos uns funâmbulos,  
todos uns fulanos. Então, dancei-me.  
Perpétuo Orfeu e Tudo. Pulo e chão  
Polichinelo, polichão dessa ilha.  
(Jorge de Lima in “Invenção de Orfeu”, XXXIX, p.73, in Poesia Completa, vol.1).

Neste poema, a possessão está mais relacionada com a possessão pela linguagem. O pantomimo pode ser tomado como um equivalente objetivo do artista, mais especificamente do poeta. Em relação à geografia, à ilha a que o poeta se refere, podemos tomá-la como uma espécie de espaço especial criado pelo poeta, um espaço que é também criado pelo discurso, o poema. O topos da possessão é introduzido conjuntamente com o tema do desdobramento ou multiplicidade do artista.

Diferentemente do Poema das Sete Faces, esse desdobramento não é apresentado como alguma coisa que incomoda o poeta. Ao contrário, esse desdobramento é explicitamente valorizado e não se limita somente a desdobramento de personalidades: “Múltiplo imitando/mitos, seres e coisas. Pessoalmente./Convictamente é tudo em potencial./Mais vale convicção que essa teoria,/que aquele dicionário e aquela Cólchida”. A possessão é apresentada como estando associada à despersonalização, esta última permitindo, então, o aparecimento, como pólo dominante, do outro, simultaneamente ao aparecimento de uma outra linguagem, que foge aos padrões convencionais. O verso 11: “Desarticulação fulanamente” anuncia e resume todo processo de possessão pela linguagem que é apresentada e exemplificada na própria utilização da linguagem no poema. Já antes tinha aparecido um neologismo, “epopeíza”(l.10). Tinham aparecido construções pouco usuais como, “ele dança a ilha”, l.9, em que há uma associação não muito comum entre “dança” e seu objeto direto, “a ilha”. Em “Desarticulação fulanamente”, encontra-se aqui conjuntamente o tema da despersonalização e o tema do aparecimento do outro, neste caso um anônimo “fulano”, transformado num advérbio, não usual, “fulanamente”. O processo de despersonalização e do aparecimento de um “outro” se dá à custa da desarticulação da linguagem, no sentido mesmo daquela desarticulação que se vai processar no poema, cujo exemplo ainda débil é este em que um substantivo “desarticulação” é modificado por um, digamos, advérbio em “mente”(fulanamente), numa posição que mais o caracteriza como adjetivo: depois do substantivo. A associação de palavras em “mente” e substantivo, não usual, não chama muito a atenção. Mas a partir desse verso, na medida que o topos da possessão vai tomando corpo no discurso, vai-se instaurando junto um processo de “desarticulação” da linguagem “convencional”. Neste ponto, a linguagem começa a chamar a atenção por ser ou parecer ser a linguagem do possesso. Nas linhas 12 e 13, estão os versos: “Muda dramaturgia se possesso,/ se fábula, se intui, se histrião, se bufo”. Neste versos citados, o topos do poeta como possesso é expresso pela própria palavra “possesso” na linha 12. Simultaneamente, “possesso: marcado na língua como adjetivo ou substantivo, aparece empregado com verbo, pois a ele se associa um “se”, provavelmente um reflexivo. A interpretação do possesso como verbo reforça-se, a partir do fato de que ele aparece coordenado ao verbo intuir, que aparece em “se intui” na linha 12. Mas a ambigüidade de possesso poder ser nome ou verbo, ou talvez, melhor, nome e verbo permanece porque “se possesso” está coordenado a outros termos marcados como nomes na língua (mas construído como verbo, dado que aparece associado ao reflexivo “se”), veja-se linhas 12 e 13: “se possesso/se fábula, se intui, se histrião, se bufo. Merece ser posta em foco a construção “se bufo” em que “bufo” pode ser tomado tanto como um nome (bufo=comediante) tanto quanto 1ª pessoa do verbo bufar, bufo, em que dentro da perspectiva de “desarticulação”, expresso pelo próprio poeta, bem pode se construir com um reflexivo de 3ª pessoa. Inclusive uma das formas do poema expressar a despersonalização bem pode ser através da utilização de verbos na 1ª pessoa associados ao reflexivo de 3ª pessoa. Se aceitarmos este raciocínio, podemos, então, voltar ao “se possesso” para admitirmos também que “possesso”, embora nome, realça, através da forma, uma certa analogia com verbo na 1ª pessoa, através do jogo instaurado pela coordenação com o



sintagma “se bufo”. Admitida a existência desse jogo de linguagem nas linhas 12 e 13, com base nela é que podemos afirmar que os recursos expressivos são utilizados de um modo extremamente econômico, se forem levados em conta os diversos efeitos de sentidos que são simultaneamente expressos. Em tempo, os diversos efeitos de sentidos aqui não excluem uns aos outros, mas antes, se somam. Assim está expressa em “se possesso” a idéia que o poeta possui a ele mesmo, se favorecermos a interpretação de “se” como reflexivo e possesso como uma espécie de 1ª pessoa do verbo possuir (estabelecida uma certa analogia com bufo, amo, posso, gosto). Também se expressa o próprio lugar-comum “o poeta é um possesso”, se atentarmos para o fato que possesso é um nome. Simultaneamente também, o fato de o poeta se ver como um estranho, um outro, expressa-se pela escolha desse reflexivo de 3ª pessoa, o “se”. Comentários semelhantes podem se aplicar a toda linha 13: “se fábula”, conforme favorecermos sua interpretação como nome ou verbo, favorecemos também a interpretações diversas. Uma das interpretações de fábula com verbo é a de que o poeta toma para si a tarefa de construir fábulas (de si ou de outros: o poeta fabula). Tomado como nome, podemos favorecer a interpretação de que o poeta é uma fábula de si mesmo. Para “se histrião”, mesmos comentários. Destaco, apenas, que esta estratégia de aproveitar-se da indeterminação da linguagem, justamente para exibi-la num discurso maximamente econômico, culmina na utilização de bufo, em que a coincidência de existir na língua as duas formas morfológicas (1ª pessoa do pres. Ind. de bufar, bufo, e substantivo, bufo=bufão) é aproveitada, tornando-se assim, a própria coincidência, um recurso de expressão. Em suma, o topos “o poeta é um possesso”, é expresso pela própria “gramática” utilizada no poema, que foge completamente das “gramáticas” usuais. Esta gramática, no entanto, tem sua própria lógica: “Ah! coribante ilógico, aliás lógico/linguagem transparente, angústia-a face,/flexíveis olhos, membros palavreando”(linhas 14 a 15).

Já indicamos que a palavra “possesso” remete imediatamente a “o poeta é um possesso”. Remete, da mesma forma, ao topos da possessão o sintagma “flexíveis olhos”, que ocorre nos verbos na linha 16. O possesso pode ser identificado por movimentos não coordenados dos olhos e a expressão “flexíveis olhos” remete a isso. Do mesmo modo, todos os gestos do possesso podem ser vistos como desarticulados e a palavra “desarticulação”, na linha 17, também remete a isso. Mas, “desarticulação” está simultaneamente associada ao trabalho do poeta com a linguagem: “desarticulação, libertação./Ó contingência: desarticular,/ dançar, parecer livre, exteriormente”. Como estamos vendo, no próprio trecho citado, o processo da “desarticulação”, para usar suas palavras, é um trabalho que só na aparência é livre”. O outro aparece como um dado que não pode ser minimizado. No final do poema está expresso - “nós bailarinos, todos uns funâmbulos, todos uns fulanos”. “Fulanos” pode ser interpretado como a alteridade, veja versos 21 e 22.

Finalmente, destaco, dentro dos versos finais, linhas 22 a 24, a frase: “Então, dancei-me” em que uma forma morfológica relacionada à 1ª pessoa do singular, mais claramente do que nos outros casos discutidos (a forma “dancei”) aparece. Isto cria uma ruptura aparente com toda parte anterior (exceto, pelo uso de “nós”. “nós bailarinos”,

linha 21), em que o pantomimo era um “ele”. Ora, justamente esta oscilação (ele-eu, pantomino-poeta) foi um dos temas que discutimos, inclusive a propósito de “se bufo”. Acreditamos que o aparecimento da forma “dancei” vem reforçar tudo que dissemos.

Estamos prontos agora para retomar a discussão sobre a diferença entre lugares-específicos e lugares-comuns. Repetimos que tanto o poema de Carlos Drummond de Andrade quanto o de Jorge de Lima podem ser analisados a partir de um lugar-comum, aliás comum a ambos: “o poeta é um possesso.”. Relembremos também que os lugares-comuns, segundo o dizer de Aristóteles, “os lugares comuns aplicam-se indistintamente às questões de Direito, da Física e muitas matérias de espécie diferente; tal, por exemplo, o lugar do mais e do menos; deles podemos tirar tanto um silogismo como entimema sobre questões de Direito, de Física ou sobre qualquer outro assunto, embora tais matérias sejam de espécies diferentes.”(Arte Retórica e Arte poética, pag.37). Nessa mesma página é dito dos lugares específicos: “Espécies, chamo eu as premissas particulares a cada gênero; quanto aos lugares, aplicam-se a todos os gêneros”. Perelman, no “Traité de L’argumentation” segue Aristóteles, também nisso de conceder importância na diferenciação entre lugares-específicos e lugares comuns. Diz ele, na pág. 112 do Livro citado: “Les lieux communs se caractérisaient donc, primitivement, par leur très grande généralité, qui les rendait utilisables en toutes circonstances. C’est la dégénérescence de la rhétorique, et le manque d’intérêt pour l’étude des lieux de la part de logiciens, qui a conduit à cette conséquence imprévue que les développements oratoires contre le luxe, la luxure, la paresse, etc... que les exercices scolaires on fait répéter jusqu’a la nausée, ont été qualifié de lieux communs, malgré leur caractère tout à fait particulier”.

Pelo que estamos vendo, o lugar-comum é caracterizado por sua utilização mais geral do que o lugar-específico que é extraído de premissas de gêneros particulares. A essa altura, cabe-nos perguntar, o que há de “geral” no implícito: “o poeta é um possesso”? Antes de responder a esta questão, respondamos a uma outra, que, nos parece, é fundamental: qual a relação entre “lugar-comum” e “lugar específico”? Com a palavra, o próprio Aristóteles: “Os lugares comuns não tornarão ninguém hábil em qualquer gênero, porque não pertencem a determinado objeto”. (Arte Retórica in: Arte Retórica e Arte Poética, p.37). No Tópicos” (Aristóteles, Os pensadores, vol I), Aristóteles afirma na página 50: “Se a questão for expressa de forma particular e não universal, podem aplicar-se em primeiro lugar os tópicos ou lugares universais, que já foram dados. Porque, ao refutar ou estabelecer uma coisa universalmente, também a demonstramos em particular: com efeito, se ela é verdadeira de todos, também é verdadeira de alguns; e se é falsa de todos, é falsa de alguns “. Perelman, no momento que ele critica o mau entendimento da noção de lugar comum diz, no livro que estamos citando, na página 113: “Les lieux communs de nos jours se caractérisent par une banalité qui n’exclut nullement la spécificité. Ces lieux communs ne sont, à vrai dire, qu’une application à des sujets particuliers des lieux communs, au sens aristotelicien”. Para nós, é pois, seguindo Aristóteles nos dois últimos trechos citados, isso que é lugar-comum: a enunciação simultânea da particularidade e da universalidade. Expliquemos, com a ajuda do exemplo que estamos utilizando: “o poeta é um possesso”. Se

quisermos formular este implícito, como lugar-comum, talvez seja melhor expressá-lo como o lugar da essência. Perelman, no livro que estamos citando, caracteriza assim, o lugar da essência: “Nous entendons par lieux de l’ essence, non pas l’attitude métaphysique qui affirmerai la supériorité de l’ essence sur chacune de ses incarnations et qui est fondée sur un lieu d’ordre mais le fait d’accorder une valeur supérieure aux individus en tant que représentants bien caractérisés de cette essence”, p. 126. E ele segue fornecendo exemplos. Diz que se trata de comparações de indivíduos concretos. Assim, atribuímos um valor a um coelho que apresenta todas as qualidade atribuídas ao próprio coelho enquanto “essência”. Este será para nós, um belo coelho. O que encarna melhor um tipo, uma essência, uma função é valorizado por este fato mesmo. Nos textos que discutimos, o poeta (no caso do texto de C. Drumond de Andrade, confundido com o próprio autor, que se nomeia “Vai, Carlos, ser gauche na vida” e no caso do texto de J. de Lima, apresentado por um equivalente do artista, o pantomimo) é caracterizado, enquanto poeta, por um traço essencial: a possessão. Isso é aproveitado de toda uma tradição que apresenta o poeta como indivíduo possuído pelas musas. Conforme seja o poeta, a circunstância, o lugar ou a época, é verdade que este topos recebe modulações. O poeta é, às vezes, definido como possuído pela emoção ou pela linguagem, como vimos. Mas, o que importa aqui é a caracterização do poeta por um traço tomado como essencial: a possessão. Nos textos discutidos é essa característica que é tomada como prototípica.

Como Aristóteles disse, os lugares-comuns não pertencem a um objeto determinado (no sentido de que são aplicados a qualquer objeto) , assim o lugar da essência, que estamos discutindo, nos textos em questão aparece vinculado sempre a um assunto particular: no nosso caso, à poesia, mais especificamente ao poeta. Nestes textos o poeta é, digamos, o tema particular a que se aplica o lugar-comum, o lugar da essência.

Em resumo, estamos enfatizando, a partir dos exemplos que escolhemos, que os dois tipos de lugares, o específico e o comum, devem ser interpretados como dois diferentes níveis de abstração, um sustentando o outro. Na verdade, o lugar-específico é inseparável do lugar-comum: a existência de um supõe a existência do outro.

Nos textos que escolhemos foi destacado o lugar da essência, retirado de um conjunto proposto por Perelman (1970). A lista dos lugares comuns proposta por Perelman é a seguinte: o lugar da quantidade, o lugar da qualidade, o lugar da ordem, o lugar do existente, o lugar da essência e o lugar da pessoa. Pelo que dissemos antes, todo lugar específico está também associado a um destes lugares. É óbvio que estes seis lugares propostos por Perelman estão sujeitos a discussão. Assim, é possível propor outros lugares. É possível também que dois ou mais lugares sejam reduzidos a um, mais geral. O essencial é que sabemos que esta lista é provisória. Mais ainda assim admitimos que é um bom ponto de partida para uma reflexão sobre lugares.

## BIBLIOGRAFIA

- ARISTÓTELES. Arte Retórica e Arte Poética. (Trad. de Art Rhétorique et Art Poétique). Rio de Janeiro, Ediouro - Tecnoprint, sem data.
- \_\_\_\_\_. Tópicos: Dos Argumentos Sofísticos. São Paulo, Abril Cultural, 1978.
- FRANCHI, C. (1976). Hipóteses para uma Teoria Funcional da Linguagem, 1ª parte. Tese de doutoramento, inédita, IEL - UNICAMP
- \_\_\_\_\_. (1977), "Linguagem: atividade constitutiva" in Almanaque. São Paulo, Brasiliense, pp.9-27.
- \_\_\_\_\_. (1988). Criatividade e Gramática. São Paulo, SENP - Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.
- GERALDI, J.W. (1991). Portos de Passagem. São Paulo, Martins Fontes.
- GROSSMANN, J. (1982). Temas de Teoria da Literatura. São Paulo, Ática.
- LIMA, J de. Poesias Completas, 2 vols. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2ª ed., 1980.
- OSAKABE, H. (1979). Argumentação e Discurso Político. São Paulo, Kairós.
- PERELMAN, Ch e outros (1970). Traité de l'Argumentation. Bruxelas, Editions de l'Université de Bruxelles, 5ª ed., 1988.
- POSSENTI, S. (1988). Discurso, Estilo e Subjetividade. São Paulo, Martins Fontes, 1ª ed.
- ROMUALDO, J. de A. (1995). Lugar Comum: espaço da repetição e da criação. Tese de doutoramento, inédita, IEL-UNICAMP.